

## A LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DA FAFIDAM/UECE: SEMEADURA DE RESISTÊNCIA NA FORMAÇÃO DOCENTE

SANDRA MARIA GADELHA DE CARVALHO

Universidade Estadual do Ceará (UECE), Limoeiro do Norte, Ceará, Brasil

DIANA NARA DA SILVA OLIVEIRA

Universidade Estadual do Ceará (UECE), Limoeiro do Norte, Ceará, Brasil

LUÍS TÁVORA FURTADO RIBEIRO

Universidade Federal do Ceará (UFCE), Fortaleza, Ceará, Brasil

---

**RESUMO:** O presente artigo tem por objetivo analisar a formação de professores(as) do campo a partir da implantação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC) da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM), campus da Universidade Estadual do Ceará. O estudo de cunho qualitativo tem como referência uma pesquisa de doutorado em andamento, apoiando-se na abordagem do materialismo histórico-dialético a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental. Foi possível constatar que a LEDOC/FAFIDAM contribuiu para o enfrentamento das problemáticas educacionais vivenciadas pelas populações camponesas fortalecendo o projeto político-pedagógico das Escolas do Campo em várias regiões do Estado do Ceará.

**PALAVRAS-CHAVE:** Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC). Formação de Professores. Política Educacional.

---

### INTRODUÇÃO

O paradigma da Educação do Campo vem se constituindo, no Brasil, notadamente, desde a década de 1990, a partir das lutas de sujeitos coletivos que ousaram pensar e construir uma educação com aqueles que habitam o campo. Assim, nesse paradigma, é proposta uma nova forma escolar, de modo que possa atender às demandas dos povos do campo a partir de um projeto de desenvolvimento que fortaleça a Reforma Agrária Popular e a agricultura familiar e camponesa. Desse modo, a formação de professores(as)/educadores(as) tem um importante papel para a constituição de um projeto de educação, sendo uma das bandeiras de luta dos movimentos sociais do campo, de tal modo que não se desvincula da luta pela terra, pois ela surge como instrumento de luta da classe trabalhadora, e, como afirmam os movimentos sociais, buscam romper com “as cercas do latifúndio do saber”.

Desse modo, o Movimento Nacional da Educação do Campo acompanha e contribui para o construto teórico desse projeto educativo desde a sua gênese, tendo caráter político, pedagógico e epistemológico e, segundo Caldart (2007) e Anjos (2020), a Educação do Campo forjou-se a partir da tríade: campo, políticas públicas e educação, sendo que, “a partir de 2007, também passou a enfatizar a Licenciatura em Educação do Campo, em seus aspectos teóricos, pedagógicos e práticos, contribuindo desde a construção das primeiras experiências até seus desafios atuais” (ANJOS, 2020, p. 25).

Nessa direção, a formação de professores(as) para atuar nas escolas do campo tornou-se um imperativo, à medida que esse projeto político-pedagógico exigia uma formação docente de novo tipo (CARVALHO, 2006).

No presente artigo pretende-se analisar as repercussões, na Educação do Campo estadual, de uma experiência da formação de professores do campo, tendo como ponto de partida a implantação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC) da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM)<sup>1</sup>, campus da Universidade Estadual do Ceará – UECE, em Limoeiro do Norte-Ceará, na região do Vale do Baixo Jaguaribe. Parte-se da questão central: quais as repercussões da criação da LEDOC/FAFIDAM para a Educação do Campo no Estado do Ceará?

A partir dessa questão, compreendemos que o processo formativo do referido curso teve início com a luta dos movimentos sociais, camponeses e camponesas do Estado do Ceará. Assim, pesquisadores e intelectuais orgânicos da FAFIDAM, junto ao setor de educação do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem-Terra – MST, perceberam a necessidade de formar educadores e educadoras para atuar, preferencialmente, nas escolas de ensino médio estaduais, situadas em áreas de reforma agrária.

No Estado do Ceará, o referido movimento alcançou, na última década, a construção de 12 Escolas de Ensino Médio do Campo (EEMC)<sup>2</sup>, no tocante à formalização da demanda. Já a construção da matriz curricular dessas escolas instituiu-se num diálogo entre as Secretarias municipais de educação da região, assim como junto à Secretaria da Educação do Ceará (SEDUC) e ao Comitê Executivo da Educação do Campo do Estado do Ceará.

Esse trabalho é referenciado por uma pesquisa de doutoramento vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará. Em termos metodológicos, apoia-se na abordagem do materialismo histórico-dialético, vez que a categoria da contradição permite captar as tensões presentes nos territórios que reverberam na luta por Educação do Campo, e a de totalidade propicia identificar os vários fatores determinantes da realidade estudada, ampliando a aproximação analítica em curso.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois tem por objetivo compreender um fenômeno social. Para tanto, baseia-se em revisão bibliográfica acerca da luta por Educação do Campo e pela criação das LEDOCs no país, e em específico no Ceará, com base no aporte teórico de Molina (2011, 2015), Molina e Antunes-Rocha (2017), Molina e Pereira (2021), Caldart (2007), Medeiros (2019), Santos (2011), Carvalho (2006), Medeiros, Amorim e Carvalho (2020), Carvalho e Brito (2021), Carvalho, Mendes e Amorim (2021), entre outros. Apoiamo-nos ainda na pesquisa documental, em que serão analisados documentos referentes à implantação e execução da LEDOC/FAFIDAM como o Projeto Político-Pedagógico, relatórios e resoluções, buscando evidenciar as etapas da organização do curso, o funcionamento, avanços e desafios enfrentados.

O discorrer da argumentação prossegue após a introdução, abordando, na segunda seção, a política de formação de professores do campo e construção de um paradigma a partir da contextualização dessa política educacional do Brasil, para em seguida, no terceiro item, debruçar-se sobre a constituição da LEDOC/FAFIDAM,

enfocando as especificidades do processo de sua constituição e, na conclusão, apresenta-se uma síntese avaliativa das repercussões do curso em pauta para a Educação do Campo no Ceará.

Espera-se que as reflexões deste artigo venham a contribuir para debates acerca da experiência da LEDOC/FAFIDAM, e ainda para evidenciar a necessidade da permanência dessa política de formação, em tempos de retrocessos e ataques à educação e, por conseguinte, à Educação do Campo, impetrados por parte do atual governo federal de Jair Bolsonaro (2019 aos dias atuais), de caráter profascista (FONTES, 2019).

#### POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO CAMPO E CONSTRUÇÃO DE UM PARADIGMA

O acesso à educação escolarizada tem sido uma conquista muito importante ao longo das últimas décadas, especialmente após 1988, quando tivemos a aprovação da Constituição Federal do Brasil e, em especial, a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional – LDB, sancionada em 1996. Porém, nas áreas rurais, esse acesso, historicamente, ficou aquém dos avanços educacionais dos centros urbanos.

No campo brasileiro, em virtude das relações sociais e econômicas que colocaram a grande propriedade rural e seus detentores como o epicentro do ordenamento social, a educação de forma geral e a escola rural, em particular, se constituíram como estratégia da dominação sofrida pelas populações camponesas, reproduzindo as visões de mundo dos grupos dominantes (CARVALHO, 2006).

A contrapelo, uma política pública voltada para a Educação Básica do campo vem sendo gestada desde os anos finais do século XX e no início da primeira década do século XXI, com forte participação dos movimentos sociais do campo. Inicialmente, o I Encontro Nacional de Educação na Reforma Agrária (ENERA), ocorrido em 1997, e a I Conferência Nacional da Educação do Campo, ocorrida em 1998, dois marcos da discussão sobre o paradigma da Educação do Campo, ocasionaram a instituição do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, em 1998. Esse programa proporcionou escolarização aos assentados(as), educação de jovens e adultos, depois de crianças e adolescentes, e por fim, a formação de professores para atuarem nas séries iniciais do Ensino Fundamental, e outras licenciaturas e cursos superiores de acordo com a demanda dos territórios.

Nesse sentido, o PRONERA é considerado um pioneiro na Educação do Campo no país, pois, a partir dele, outras conquistas foram alcançadas. As pesquisas nacionais de avaliação desse Programa, realizadas no âmbito do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2004) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2015), possibilitaram maior visibilidade às demandas de escolarização. Foi conquistada a inclusão das escolas do campo no Censo Escolar do INEP, a partir de 2005, oportunizando, dentre outras revelações, a necessidade de construção de mais escolas do campo e de formação de educadores para atuar nessas instituições.

Como afirma Carvalho (2006), no Estado do Ceará, o PRONERA teve grandes contribuições na formação de educadores para atuação em áreas de Reforma Agrária. Segundo a autora, as primeiras experiências ocorreram em convênio com universidades públicas (Universidade Federal do Ceará – UFC, Universidade Estadual Vale do Acaraú –

UVA), movimentos sociais e entidades de trabalhadores rurais (MST, Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará-FETRAECE) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/CE, de 1998 a 2001, para oferta de turmas de EJA. Esses projetos iniciais permitiram identificar a urgência de formação de educadores para a perspectiva político-pedagógica da Educação do Campo.

Nessa direção seguiu-se o Curso de Pedagogia da Terra – UFC (2004-2008) e Magistério da Terra – UECE (2006-2010). Sobre o conjunto dessas experiências, Carvalho e Brito (2021, p. 10) avaliam que “o desempenho e contribuição do PRONERA o validam como instrumento de intervenção de grande repercussão, contribuindo tanto com a escolarização, quanto com a formação dos educadores do campo”.

A FAFIDAM/UECE foi um dos campi-polo do PRONERA/UECE desde 2006, envolvendo bolsistas universitários e professores de todos os cursos de licenciatura, na docência do Magistério da Terra e Escolarização dos trabalhadores(as) jovens e adultos. No âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA-CE, a SEDUC e o MST, desenvolveram-se três projetos integrados: os Projetos I e II de Escolarização, com meta de escolarização até o 4º ano, 2.400 assentados(as) jovens e adultos no Estado do Ceará, e o Projeto Magistério da Terra que oportunizou a 230 educadores dos Projetos de Escolarização habilitarem-se em nível médio para a docência. O PRONERA/UECE foi realizado em mais de trinta municípios do estado, envolvendo em torno de setenta (70) professores da Universidade e trinta e seis (36) alunos bolsistas de vários cursos de graduação (UECE, 2016), ainda tivemos a experiência do Projeto “Mais um Passo na Educação do Campo”: Escolarização no II Segmento do Ensino Fundamental de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais em Áreas de Assentamento de Reforma Agrária no Ceará, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA, em 2009-2011, no qual concluíram o Ensino Fundamental 180 jovens e adultos (UECE, 2016).

A Universidade Estadual do Ceará também colaborou com o Curso Pedagogia da Terra, promovido pela Universidade Federal do Ceará – UFC, no qual se graduaram 88 camponeses da reforma agrária em Pedagogia (CARVALHO; BRITO, 2021). A universidade atuou tanto na docência de várias disciplinas como através do seu Instituto do Movimento Operário – IMO<sup>3</sup>, que foi o responsável pelo trabalho de orientação das monografias do curso, envolvendo vários de seus professores.

Nacionalmente, o PRONERA serviu como base para pensar outras políticas educacionais para o campo culminando com a instituição do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – PROCAMPO. Esse programa teve editais lançados pelo MEC em 2007 e 2008 e, posteriormente, incorporado ao eixo II do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), instituído pelo decreto nº 7.352/2010-MEC (MEDEIROS; AMORIM; CARVALHO, 2021) e voltado para “a melhoria do ensino nas redes existentes, bem como, a formação dos professores, produção de material didático específico, acesso e recuperação da infraestrutura e qualidade da educação da Educação do Campo em todas as etapas e modalidades” (MEDEIROS; AMORIM; CARVALHO, 2021, p. 3).

Hoje, existem uma média 44 cursos regulares de Licenciatura de Educação do Campo, concentrados nas universidades federais de todo país, voltados especificamente para a formação de educadores(as) para a docência nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio nas escolas rurais. Como afirmam Medeiros, Amorim e Carvalho (2020, p. 2), “tais licenciaturas simbolizam uma grande conquista para os povos do campo por serem os primeiros cursos de formação docente regular nas Instituições de Educação Superior brasileiras com vista à Educação do Campo!”.

A política educacional brasileira como um todo e, em consequência, a Educação do Campo, desde a década de 1990, tem sofrido o impacto das diretrizes dos organismos internacionais que gerenciam interesses afinados com as políticas neoliberais, tentando restringir o papel da educação aos ditames do mercado global (MENDES SEGUNDO, 2005).

Molina e Pereira (2021) atentam que a atual crise estrutural do capital incide sobre as políticas educacionais e de formação docente, tendo em vista que professores(as) e educadores(as) são essenciais na implementação dos projetos político-pedagógicos escolares. Nessa direção, argumentam que “as classes dominantes protagonizaram disputas em torno das políticas de formação de educadores por reconhecerem o impacto que tais políticas exercem na formação da visão de mundo das crianças e jovens das novas gerações” (MOLINA; PEREIRA, 2021, p. 140), presentes na escola.

Sem dúvida, a preocupação com a criação de estratégias que maximizem a possibilidade de crianças e jovens do campo estudarem em suas próprias localidades, com uma formação que promova consciência crítica e engajada na transformação da realidade (FREIRE, 2013), foi perseguida no desenho de construção dessa licenciatura. Mas, além desse fator, há que se destacar a “intencionalidade maior da formação por área de conhecimento para a construção de processos capazes de desencadear mudanças na lógica de utilização e, principalmente, de produção do conhecimento no campo” (MOLINA, 2011, p. 186). Pois, como afirma Ribeiro (2010, p. 108), o “docente domina uma diversidade de saberes, não se limitando a modelos restritos, padronizados e específicos, possibilitando uma ação autônoma, consciente e responsável em relação a produção dos saberes”.

Este projeto se coloca a contrapelo das políticas educacionais e de formação docente implementadas após o golpe parlamentar midiático da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, situação agravada nos Governos que se seguiram: Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-atual). Sinalizam esses retrocessos na política de formação docente: a Resolução nº 02/2019 CNE/CP (MOLINA; PEREIRA, 2021), os seguidos cortes orçamentários<sup>4</sup> para a educação superior, e projetos apresentados pela base política do atual governo, a exemplo do “Escola sem Partido”, que cerceia a autonomia docente.

Todavia, segundo pesquisas sobre os egressos das Licenciaturas do Campo (MOLINA; PEREIRA, 2021), os(as) educadores(as), e os movimentos sociais, junto a docentes da Educação Superior e Básica, organizados em suas entidades sindicais, resistem na defesa e na luta por uma educação sob a perspectiva emancipatória. A LEDOC/FAFIDAM se inclui nessas experiências de fortalecimento de uma educação emancipatória, como será abordado no próximo item.

## AS TENSÕES NO TERRITÓRIO E A LUTA POR EDUCAÇÃO DO CAMPO: A DEMANDA PELA LEDOC

No estado Ceará, duas instituições de ensino superior, a Universidade Estadual do Ceará – UECE e a Universidade Regional do Ceará – URCA, tiveram as propostas de instalação de Cursos de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOCs) aprovadas no Edital de Convocação nº 02, de 23 de abril de 2008 – MEC/SECAD. No âmbito da UECE, a LEDOC funcionou na FAFIDAM, que é uma faculdade voltada à formação de professores(as) desde 1968, quando se iniciaram as primeiras Licenciaturas, contando atualmente com os cursos de Licenciatura em Pedagogia, Letras-Inglês, Letras-Português, Ciências Biológicas, Física, Geografia, História, Matemática e Química.

Com meio século de existência, analisam Carvalho, Mendes e Amorim (2021) que a supracitada Faculdade consolidou o tripé: ensino, pesquisa e extensão, inaugurando junto à Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão do Central (FECLESC), campus da UECE, no município de Quixadá, o primeiro Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAIE), no interior do Ceará.

A FAFIDAM está localizada no Baixo Vale do Jaguaribe, uma região marcada por conflitos agrários entre as populações camponesas e empresas agrícolas e agroindustriais. O primeiro grupo desenvolve projetos produtivos em defesa da agroecologia, da Reforma Agrária Popular, da permanência das comunidades camponesas na terra, com dignidade de vida e trabalho. O outro está alinhado à expansão do agronegócio e do capitalismo no campo, que usa agrotóxico de forma massiva, produz *commodities* para o mercado externo e usa a violência, impetrada por meio de projetos estatais, para usurpar o território das comunidades tradicionais.

Nesse sentido, segundo Alencar, Carvalho e Mendes (2015), a região enfrenta diversos conflitos socioambientais em virtude da instalação de projetos de infraestrutura hídrica, como o Açude Castanhão e a Barragem de Figueiredo, e de grandes projetos de irrigação, destacando-se o Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (localizado nos municípios de Limoeiro do Norte e Quixerê) e o Perímetro Irrigado Tabuleiros de Russas (nos municípios de Russas, Limoeiro do Norte e Morada Nova). Além disso, o avanço do agronegócio da fruticultura agrava a concentração fundiária e hídrica, gerando um processo de expulsão dos camponeses da região.

Tais conflitos culminaram no assassinato de José Maria Filho, em 21 de abril de 2010. Os movimentos sociais e sindicais são bastante ativos na região jaguaribana e reagiram fortemente ao assassinato do líder ambientalista, mais conhecido como Zé Maria do Tomé, pois residia na localidade de Tomé, município de Limoeiro do Norte, na Chapada do Apodi.

Araújo (2020), em sua pesquisa de mestrado, relata que Zé Maria era agricultor e foi expropriado com sua família de uma pequena gleba familiar onde plantava diversas culturas, devido à implementação do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi. Sua luta contra a pulverização aérea de agrotóxicos<sup>5</sup> e a denúncia que fazia do adoecimento das pessoas e dos males ambientais ocasionados, assim como da apropriação indevida de terras pelas agroindústrias que se instalaram no Perímetro Irrigado, continuam reverberando nas vozes dos diversos sujeitos coletivos que fundaram o Movimento 21 (M21)<sup>6</sup>. O M21 é uma articulação política de movimentos sociais, entidades sindicais e

grupos acadêmicos que atuam no Vale do Jaguaribe e que afirmam, tanto nas pesquisas quanto nas suas lutas: “Companheiro Zé Maria, aqui estamos nós, falando por você já que calaram sua voz!” (ARAÚJO, 2020, p. 99).

Carvalho, Mendes e Amorim (2021), ao recuperarem a história da Educação do Campo na FAFIDAM, constataram sua forte imbricação com os movimentos sociais da região, por meio de Projetos de Extensão Universitária e pesquisas participativas desenvolvidas no âmbito do MAIE e do Laboratório de Estudos da Educação do Campo (LECAMPO). Esse vínculo se fortaleceu, desde 2006, a partir do PRONERA/UECE, pois docentes, discentes e representantes do MST deles participaram. As experiências de formação na Educação Básica, assim como o Curso Magistério da Terra, no âmbito do PRONERA/FAFIDAM, evidenciaram a necessidade de uma formação docente na perspectiva do projeto de Educação do Campo (CARVALHO; BRITO, 2021).

Assim, a demanda para criação de um curso de formação de professores do campo partiu dos movimentos sociais camponeses através do diálogo com docentes que já desenvolviam práticas extensionistas ligadas à Educação do Campo na FAFIDAM/UECE. Debruçaram-se na elaboração do Projeto o professor Dr. José Ernandi Mendes, a Dra. Sandra Maria Gadelha de Carvalho e Lúcia Helena de Brito, primando pelo diálogo com Maria de Jesus dos Santos, do Setor de Educação do MST.

Após a aprovação da proposta, que concorreu ao Edital 2008/PROCAMPO, foi aprovada a criação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo através da Resolução Nº 705/2009, de 22 de dezembro de 2009, do Conselho Universitário da UECE (CONSU) e teve seu Projeto Político Pedagógico aprovado pela Resolução Nº 3228/2009 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UECE – CEPE (UECE, 2009)<sup>7</sup>.

Segundo discorre o documento de aprovação do Curso no CONSU (UECE, 2009), o ingresso dos estudantes se deu após seis meses de luta da coordenação para conseguir o vestibular gratuito, pois a Comissão Executiva do Vestibular – CEV<sup>8</sup> argumentava que tinha que ser paga uma taxa, tendo acontecido toda uma negociação para um vestibular especial. Não houve prova de química e física, a pontuação foi diferenciada, e o vestibular contou com 50 vagas ofertadas para os movimentos sociais, entidades e prefeituras.

Somente no final de 2012, um ano após a realização do vestibular, devido a entraves burocráticos e atraso no repasse de recursos, tiveram início as atividades do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Estadual do Ceará, em cerimônia realizada na FAFIDAM. No esteio da inserção da Educação do Campo com as lutas do Território, o conjunto dos estudantes da LEDOC já iniciou o curso com uma tomada de posição em memória às lutas do companheiro silenciado: se autodenominando “Turma Zé Maria do Tomé”!

A Licenciatura em Educação do Campo da FAFIDAM teve por objetivo formar em sua primeira turma 50 professores/educadores para atuarem nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio nas escolas estaduais e municipais do/no campo, ofertando titulação para os docentes que já atuavam em escolas rurais sem certificação. Porém, mais que o embasamento teórico para compreensão do contexto histórico, social, econômico e político, a formação proporcionou também a construção de uma práxis educativa emancipadora, tanto dentro das instituições de ensino como fora delas, em concomitância com as realidades sociais e culturais dos sujeitos que vivem e trabalham no campo.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico – PPP (UECE, 2016), a LEDOC/FAFIDAM teve os seguintes objetivos:

Formar e habilitar professores em exercício no ensino fundamental e médio;  
Fomentar propostas político-pedagógicas que contemplem e articulem uma sólida formação do educador, nos princípios éticos e sociais, próprios à atuação como profissionais da educação, em especial, da Educação do Campo;  
Construir alternativas de organização do trabalho escolar e pedagógico visando a expansão da Educação Básica no e do campo;  
Formar gestores escolares, possibilitando condições teóricas, metodológicas e práticas para que se tornem agentes efetivos na construção e reflexão do projeto político-pedagógico, planejamento e gestão da escola em que estão inseridos;  
Organizar os componentes curriculares por áreas do conhecimento e estímulo ao trabalho docente multidisciplinar. (UECE, 2016, p. 31).

Além desses objetivos, voltados à formação docente e de gestão educacional, o PPP ainda reforça o compromisso de que o curso viesse a contribuir para a sustentabilidade ambiental no semiárido, e para reparações históricas de negação ao direito à educação para classes populares, fortalecendo a proposta político-pedagógica da Educação do Campo. O Curso, de um total de 3.978 horas, adotou a Pedagogia da Alternância. O Tempo-Universidade ocorreria nos meses de janeiro e julho, de segunda a sexta-feira, nos turnos da manhã e tarde e, no sábado, no turno da manhã; e o Tempo-Comunidade seria desenvolvido por meio de atividades propostas e acompanhadas pelos professores do curso que seriam realizadas no campo, onde residem os graduandos, nos demais meses do ano (UECE, 2009).

A matriz curricular do curso, de acordo com o proposto no próprio Edital de 2008, contemplou o Núcleo de Estudos Básicos (NEB)<sup>9</sup>, o de Estudos Específicos (NEE) e o de Atividades Integradoras (NAI). Terminado os dois primeiros anos do curso, com os estudos básicos de formação docente, os educandos e educandas fizeram opção por uma das áreas: Habilitação em Linguagens e Códigos e Gestão da Educação Básica em Escolas do Campo; Habilitação em Ciências da Natureza e Gestão da Educação Básica em Escolas do Campo (UECE, 2009, 2016). Dos 16 egressos, 11 eram mulheres e 4 homens, sendo que 5 optaram pelas ciências da natureza e 11 pela linguagem e códigos.

#### OS DESAFIOS DA LEDOC E A REPERCUSSÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ESTADO DO CEARÁ

A chegada da Turma de Licenciatura da Educação do Campo na FAFIDAM alterou o cotidiano de aulas, inicialmente com as místicas que eram realizadas em espaços abertos, antes do início das aulas. Muitos estudantes que não conheciam os movimentos sociais ficavam intrigados(as) com as temáticas, as performances, cartazes utilizados, poesia e músicas. Aos poucos alguns se aproximavam, acontecendo o mesmo com docentes, e para muitos de outros cursos, as aulas também só se

iniciavam após as místicas! Esse contato não estava previsto, pois o Tempo-Universidade ocorreria quando os demais cursos estivessem de férias. Dadas as alterações no calendário acadêmico pós-greve de professores(as), esse encontro propiciou uma interação maior na dinâmica universitária, tanto para a Turma da LEDOC como para os demais, propiciando novos aprendizados.

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo inicialmente tinha estudantes de 21 municípios do Estado do Ceará, sendo vários da região jaguaribana<sup>10</sup>. A grande maioria dos estudantes era assentada de reforma agrária e de comunidades rurais que tinham na agricultura camponesa o elemento central de produção da existência (UECE, 2016).

Vários desafios foram enfrentados quanto à renovação de convênio entre UECE e MEC, liberação das parcelas financeiras, reajustes curriculares para incluir nas habilitações a Gestão da Educação Básica e de Escolas do campo, que possibilitaria aos egressos poder assumir a gestão das novas Escolas de Ensino Médio do Campo que estavam sendo construídas. Tudo isso estendeu o Curso de 2012 a dezembro de 2018, fato que, somado às questões familiares, como maternidade, cuidados com parentes ou referentes ao trabalho, ocasionou uma significativa desistência da turma, que se iniciou com 44 matriculados(as) e, ao final do Curso, apenas 16 se graduaram, num raio de 14 municípios do estado.

A formação docente, diferenciada por área de conhecimento, foi um desafio para os(as) professores da FAFIDAM que não conheciam o projeto pedagógico da Educação do Campo. A coordenação da LEDOC incorporou o trabalho de apoio e orientação aos professores com material escrito, reuniões, todavia, a interdisciplinaridade não se realizou a contento dado que os docentes assumiram as disciplinas como nos demais cursos nos quais ensinavam. No entanto, muitos(as) docentes buscaram metodologias diferenciadas, com aulas de campo em outras universidades, comunidades, escolas do campo, utilização de laboratórios, construção de seminários interdisciplinares, entre outros.

Por meio desta pesquisa foi possível identificar que atualmente não existe qualquer curso de nível superior para formação de educadores do campo no estado do Ceará, o que desvela a necessidade de que o Curso de Licenciatura possa ser implementado institucionalmente. Nessa direção, há uma luta dos movimentos sociais e o comprometimento da Direção da FAFIDAM em apoiar esse pleito, pois o número de Escolas de Ensino Médio do Campo e EFAs têm se ampliado no estado, demandando professores(as) com esse perfil.

Entre os egressos e egressas da LEDOC/FAFIDAM, quatro estão atuando nas Escolas de Ensino Médio do Campo (E. E. M. C.) em regiões diversas do estado, outros atuam em escolas municipais, bem como desenvolvem trabalhos de militância dentro de movimentos sociais e na agricultura familiar em seus territórios. Entre os egressos, três cursaram especialização e uma concluiu mestrado acadêmico em educação e ensino. Desse modo, compreendemos que a LEDOC/FAFIDAM atuou como uma experiência contra-hegemônica, pois diante dos enormes desafios para sua conquista e funcionamento possibilitou a formação de intelectuais orgânicos da classe trabalhadora.

## CONCLUSÃO: SEM FINALIZAR, POIS A LUTA CONTINUA!

A partir da análise reflexiva de documentos da LEDOC/FAFIDAM (UECE, 2019), podemos avaliar que as repercussões alcançadas com a realização do Curso de Licenciatura em Educação do Campo são de grande significado não só para os sujeitos sociais beneficiados diretamente, mas também para um conjunto mais amplo de sujeitos que pertencem aos setores ou grupos sociais que eles representam.

O Curso dinamizou e democratizou ainda mais o acesso à universidade, que embora seja pública e tenha preponderantemente estudantes oriundos da escola pública, ainda assim não é acessível a uma parcela significativa da população, especialmente camponeses(as) pobres, negros(as) e outros grupos oprimidos.

Nesse sentido, um dos grandes benefícios do Curso de Licenciatura em Educação do Campo foi proporcionar uma formação crítica e as condições objetivas para iniciar o processo de formação de professores(as) que atuarão nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio em escolas do campo, em várias regiões do estado do Ceará, tendo em vista que se compreende atualmente a importância de uma educação para as populações camponesas que leve em conta o trabalho, as experiências sociais e culturais das mesmas.

Pode-se identificar que, consoante a proposta pedagógica da Educação do Campo, o Curso aprofundou as discussões a respeito dos problemas vivenciados pelas comunidades camponesas no Estado do Ceará, a necessidade da agroecologia, e ainda questões de gênero, combate ao racismo e diversidade sexual.

A presença dos educandos e educandas oriundos de assentamentos de reforma agrária e de comunidades rurais despertou nos demais alunos e professores da FAFIDAM e outras instituições do Vale do Jaguaribe preocupações com o meio ambiente, com os conflitos socioambientais que têm resultado em mortes por contaminação de agrotóxicos e pela violência física, assim como a preocupação com o destino e a qualidade de vida das populações camponesas.

Discentes da LEDOC/FAFIDAM foram convidados para debates em disciplinas dos Cursos de Pedagogia, Letras, Geografia e História, devido ao seu engajamento em movimentos sociais e sua vivência em áreas de Reforma Agrária, onde existem escolas de Ensino Fundamental e Médio, com projetos pedagógicos aprovados pela Secretaria de Educação do Estado (SEDUC), os quais dialogam com a realidade das comunidades que lá residem. Assim, a presença dos estudantes da LEDOC também contribuiu para a formação de uma consciência crítica (FREIRE, 2013) acerca destas temáticas em outros cursos. A LEDOC também fomentou a continuidade dos estudos, tendo duas alunas egressas que concluíram cursos de especialização *lato sensu* e uma das alunas defendeu sua dissertação no MAIE/UECE, em fevereiro de 2022.

Nesse sentido, a LEDOC/FAFIDAM contribuiu de forma significativa para o fortalecimento do debate sobre Educação do Campo, questão agrária e educação popular no estado do Ceará através dos diálogos estabelecidos com movimentos sociais, como por exemplo, o MST e o Movimento 21 (2010). Na educação popular, com experiências como a da Organização Popular – OPA, criada em 2010 por trabalhadores da classe trabalhadora através da *Biblioteca Jacinta Sousa*, funcionando como um

espaço construído coletivamente entre os moradores da comunidade, a militância, amigos e companheiros da OPA. Na educação formal, através do diálogo com a EFA jaguaribana Zé Maria do Tomé (2018), sendo uma experiência de educação contextualizada através da pedagogia da alternância localizada em Tabuleiro do Norte-Ceará, região do Vale do Jaguaribe, bem como o diálogo estabelecido com a Universidade através do Laboratório de Estudos da Educação do Campo – LECAMPO<sup>11</sup> (2008), sendo este um laboratório misto que inclui ensino, pesquisa e extensão, vinculado ao Curso de Pedagogia da FAFIDAM e ao MAIE/UECE; o LECAMPO é fomentador de transformações na região, instigando junto a outros sujeitos ações contra-hegemônicas na Chapada do Apodi.

Dessa maneira, a proposta pedagógica da Educação do Campo teve por objetivo fortalecer a forma de vida e produção da Agricultura Familiar e Camponesa, respeitando os valores, a cultura, as lutas e formas de vida dos/das agricultores/agricultoras familiares. A turma Zé Maria do Tomé se interligou às lutas camponesas da região jaguaribana e, em que pese as dificuldades enfrentadas, pode-se constatar que a LEDOC/FAFIDAM, além de constituir-se uma política de formação docente articulada à luta por Reforma Agrária e agroecologia, vários dos e das egressos(as) estão inseridos(as) nas Escolas Estaduais de Ensino Médio do Campo e em projetos educativos, vindo portanto a semear resistência e esperança no fortalecimento da Educação do Campo no estado do Ceará.

Artigo recebido em: 07/03/2022  
Aprovado para publicação em: 17/05/2022

---

DEGREE IN EDUCATION FOR RURAL AREAS AT FAFIDAM/UECE: SEEDING RESISTANCE IN TEACHER EDUCATION

**ABSTRACT:** The present paper aims at analyzing the training of field teachers in the context of the Degree Course in Rural Education (LEDOC) at the Dom Aureliano Matos Faculty of Philosophy (FAFIDAM), campus of the Ceará State University. It is a qualitative study and based on doctoral research which examines historical-dialectical materialism within a bibliographic and documentary investigation. It was possible to observe that the LEDOC/FAFIDAM contributed to the confrontation of the educational problems experienced by the peasant populations strengthening the political pedagogical project of the Rural Schools in several regions of the State of Ceará.

**KEYWORDS:** Rural Education. Degree in Rural Education (LEDOC). Teacher Training. Educational Politics.

---

EL CURSO DE LICENCIATURA EN EDUCACIÓN RURAL DE FAFIDAM/UECE: SEMBRAR LA RESISTENCIA EN LA FORMACIÓN DEL PROFESORADO

**RESUMEN:** Este artículo tiene como objetivo analizar la formación de profesores de campo en el contexto de la implementación de la Carrera de Licenciatura en Educación Rural (LEDOC) en la Facultad de Filosofía Dom Aureliano Matos (FAFIDAM), campus de la Universidad del Estado de Ceará. Es un estudio cualitativo y basado en una investigación doctoral, trata de abordar el materialismo histórico-dialéctico a partir de una investigación bibliográfica y documental. Fue posible constatar que la LEDOC/FAFIDAM contribuyó para el enfrentamiento de las problemáticas educativas vividas por las poblaciones campesinas fortaleciendo el proyecto político pedagógico de las Escuelas del Campo en varias regiones del Estado de Ceará.

**PALABRAS CLAVE:** Educación Rural. Licenciatura en Educación Rural (LEDOC). Formación de Profesores. Política Educativa.

---

NOTAS

1 - A Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM, campus da Universidade Estadual do Ceará, fica localizada na região do Baixo e Médio Jaguaribe, distante cerca de 200 km da capital Fortaleza, foi fundada na década de 1960, é uma instituição de Ensino Superior situada em uma região predominantemente camponesa, tem por objetivo formar professores para atuarem na Educação Básica, atendendo assim aos anseios da população do Baixo e Médio Jaguaribe. Atualmente, atende a comunidade acadêmica dos municípios de Russas, Morada Nova, São João do Jaguaribe, Itaiçaba, Jaguaribe, Jaguaruana, Quixeré, Palhano, Alto Santo, Tabuleiro do Norte, Potiretama, Jaguaratama, Pereiro, Nova Jaguaribara e Iracema. (UECE, 2016).

2 - Segundo Oliveira (2017), e como noticiado no site da SEDUC (<https://www.seduc.ce.gov.br>), as escolas ficam situadas nos seguintes municípios e respectivos assentamentos: **Itapipoca** – Assentamento Maceió: EEMC Nazaré Flôr (2010); **Jaguaratama** – Assentamento Pedra e Cal: EEMC Padre Régis Augusto (2011); **Madalena** – Assentamento 25 de Maio: EEMC João dos Santos (2011); **Monsenhor Tabosa** – Assentamento Santana: EEMC Florestan Fernandes (2011); **Itarema** – Assentamento Lagoa do Mineiro: EEMC Francisco Araújo Barros (2011); **Canindé** – Assentamento Santana da Cal: EEMC Patativa do Assaré (2017); **Ocara** – Assentamento Antônio Conselheiro: EEMC Francisca Pinto dos Santos (2017); **Quixeramobim** – Assentamento Nova Canaã: EEMC Irmã Tereza Cristina (2017). **Santana do Acaraú** – Assentamento Bonfim Conceição: EEMC José Fidelis (2019); **Mombaça** – Assentamento Salão: EEMC Paulo Freire (2019).

3 - O Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário – IMO foi criado em 1993, a partir de um convênio de cooperação firmado entre a Universidade Estadual do Ceará – UECE e a Central Única dos Trabalhadores, Seção do Ceará CUT – Ceará, sob o lema: O conhecimento a serviço da classe trabalhadora. Foram seus fundadores, além do pesquisador e militante José Ferreira de Alencar, os Professores da UECE, Francisco Auto Filho, Francisco José Teixeira, José Jackson Coelho Sampaio e José Menelau Neto e a Professora Suzana Jimenez. Disponível em: <<https://www.gposshe.com/p/sobre-o-imo.html>>. Acesso em: 9 fev. 2022.

4 - A Emenda Constitucional n. 95/2016, aprovada ainda pelo governo de Michel Temer (2016-2018), instituiu novo ajuste fiscal que prevê o congelamento por 20 anos dos gastos públicos operacionais atingindo o desenvolvimento de políticas públicas de educação e saúde. 5 - Em 09 de janeiro de 2019 foi aprovada a Lei Estadual nº 16.820, denominada Lei Zé Maria do Tomé, que proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos no estado do Ceará. A Confederação Nacional da Agricultura (CNA), entidade representativa dos interesses do agronegócio, questionou a constitucionalidade da Lei, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 6137, através de processo que está em julgamento iniciado em 12 de novembro de 2021, no Supremo Tribunal Federal (STF). A Lei Zé Maria do Tomé obteve o parecer favorável da Relatora, Ministra Carmem Lúcia, que foi acompanhada pelo voto do Ministro Edson Fachin. O Ministro Gilmar Chaves pediu vistas do processo, e nesse ínterim, os movimentos sociais, o M21, o Mandato "É tempo de resistência" (Dep. Renato Roseno- PSOL) e quase uma centena de entidades científicas brasileiras, grupo de pesquisas e cientistas nacionais, tem se manifestado e se mobilizado nas redes sociais e enviado mensagens às e aos Ministros(as) do STF, pela aprovação da constitucionalidade da Lei. Texto completo disponível em: <<https://www.al.ce.gov.br/index.php/comunicacao/agencia-assembleia/noticias/item/79002-15012019proibicaoagrotoxico>>. Acesso em: 9 fev. 2022.

6 - Segundo Mendes, Carvalho e Freitas (2015), fundaram o M21: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a CSP Conlutas, o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB); a Rede Nacional de Advogados e Advogados Popular (RENAP); Sindicato de Trabalhadores da região; e professores das universidades através do Grupo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde para a sustentabilidade (TRAMAS), núcleo de pesquisa da Universidade Federal do Ceará (UFC); do Laboratório de Estudos de Educação do Campo (LECAMPO), vinculado à FAFIDAM, campus da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Em dez anos de existência novos participantes se somaram, como destaca Araújo (2020) ao incluir o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador e Ambiente (CERESTA) Zé Maria do Tomé; o Grupo de Pesquisa e Articulação, Campo, Terra e Território (NATERRA) ligado aos Cursos de Geografia da UECE dos *campus* do Itaperi e FAFIDAM, a Organização Popular de Aracati (OPA), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte, a Escola Família Agrícola (EFA) Jaguaribana Zé Maria do Tomé e representantes do Acampamento Zé Maria do Tomé.

7 - As resoluções (Nº 705/2009-CONSU e Nº 3228/2009-CEPE) garantiram a institucionalidade e o funcionamento do Curso, sendo as professoras Dra. Sandra Maria Gadelha de Carvalho e Lúcia Helena de Brito nomeadas Coordenadora e Vice-coordenadora do curso, respectivamente, assumindo as funções até agosto de 2012. A partir de então foi nomeado coordenador do curso o professor Ms. Francisco Antonio da Silva, do Colegiado do Curso de História da FAFIDAM (UECE, 2009). Dado o afastamento do Prof. Ms. Francisco Antônio para o Curso de Doutorado, em 2017, a Profa. A Dra. Sandra Maria Gadelha de Carvalho, retornou à coordenação da LEDOC, até o final de dezembro de 2018, quando a turma colou grau.

8 - Participaram da seleção da primeira turma participantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST com 30 vagas, Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB com 05, Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA com 3 vagas, Caritas Diocesana de Limoeiro do Norte, 4 vagas, Prefeitura Municipal de Morada Nova, 3 vagas, Prefeitura Municipal de Russas 3 vagas, Prefeitura Municipal de Quixeré com 2 vagas (UECE, 2009).

9 - Sendo que o *Núcleo de Estudos Básicos (NEB)* contemplam os componentes integralizaram 1.241 horas/aulas, nos quais estão inseridas as disciplinas nas áreas de Estudos Pedagógicos, Ciências Humanas e Sociais, Política Educacional, Linguagens e Códigos, Ciências Agrárias e Matemática; *Núcleo de Estudos Específicos (NEE)*, com 1.377 horas/aula distribuídas entre os componentes que compõem cada uma das habilitações: Linguagem e Códigos e Ciências da Natureza; e o *Núcleo de Atividades Integradoras (NAI)*, cujos componentes integralizam 1.360 horas/aulas, nos quais estão inseridas as disciplinas nas áreas de Pesquisa, Prática como Componente Curricular - PCC, Estágio Curricular Supervisionado, Seminários Integradores e Atividades Complementares (UECE, 2016).

10 - Beberibe, Canindé, Caridade, Crateús, Icó, Itapipoca, Itarema, Jaguaratama, Jaguaribara, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Madalena, Miraíma, Monsenhor Tabosa, Morada Nova, Ocara, Potiretama, Quixeramobim, Russas, Santana do Acaraú e Tururu.

11 - O Laboratório de Estudos da Educação do Campo – LECAMPO já conta com mais de quatorze anos de atividades, desde que foi efetivado com recursos do Edital nº03/ 2006- FUNCAP, sendo contemplada com o projeto de pesquisa: “Educação do campo: uma análise política- pedagógica do PRONERA/UECE e suas relações com o desenvolvimento socioeconômico do Vale do Jaguaribe”.

---

#### REFERÊNCIAS

ALENCAR, C. N.; CARVALHO, S. M. G., MENDES, J. E. Práxis educativa e discursiva no movimento 21: transgressões de fronteiras e hibridismo emancipatório. **Cadernos De Linguagem E Sociedade**, Brasília, v. 16, n. 2, p. 160-175, 2015.  
<https://doi.org/10.26512/les.v16i2.7484>.

ANJOS, M. P. dos. **Institucionalização da licenciatura em educação do campo na UNIFESSPA: avanços e contradições**. 2020. 325 f, il. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

ARAÚJO, R. F. de. **Pedagogia libertadora do Movimento 21 no enfrentamento ao agronegócio: em defesa da terra, da água e da vida na Chapada do Apodi**. 2020, 164f. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino), UECE, Limoeiro do Norte, 2020.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB – **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Secad. **EDITAL Nº 2, DE 23 DE ABRIL DE 2008**. Chamada Pública para seleção de projetos de Instituições Públicas de Ensino Superior para o Procampo. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 5 fev. 2021.

CALDART, R. S. Sobre Educação do Campo. //n: **III Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)**, Luziânia-GO, 2007.

CARVALHO, S. M. G. **Educação do campo: PRONERA, uma política pública em construção**. 2006. 226f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza- Ceará, 2006.

CARVALHO, S. M. G.; BRITO, C. M. M. de. Educação do Campo e PRONERA: Paulo Freire, presente! Interterritórios - **Revista de Educação Universidade Federal de Pernambuco**, Caruaru, v. 7, n. 14, p. 1-18, 2021.

CARVALHO, S. M. G. de; OLIVEIRA, D. N. da S.; RIBEIRO, L. T. F.

CARVALHO, S. M. G.; MENDES, J. E.; AMORIM, J. L. de. Universidade, desenvolvimento territorial e educação do campo no Vale do Jaguaribe. **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**, Salvador-Ba, v. 30, n. 61, 2021, p. 52-67.

FONTES, V. O núcleo central do governo Bolsonaro: o protofascismo. **Combate Racismo Ambiental**, v. 11, jan. 2019. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2019/01/11/o-nucleo-central-do-governo-bolsonaro-o-protofascismo-por-virginia-fontes/>>. Acesso em: 05 fev. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 54 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **A controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira**. Coletânea da polêmica Simonsen x Gudín, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado novo. IPEA, Brasília, 200p. 2010.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária**: PNERA 2004. Brasília: INEP, 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/pnera>. Acesso em: 10 fev. 2022.

IPEA. **II PNERA Relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária**. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7520?mode=full>>. Acesso em: 09 fev. 2022.

MEDEIROS, E. A. de. **Formação interdisciplinar de professores**: estudo pedagógico-curricular sobre a licenciatura em educação do campo da universidade federal rural do Semi-Árido. 2019. 662 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Estadual do Ceará, Ceará, 2019.

MEDEIROS, E. A. de; AMORIM, J. L. de; CARVALHO, S. M. G. de. **Licenciaturas em Educação do Campo da Região Nordeste**: estudo curricular sobre a formação de professores por áreas de conhecimento. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 15, e2014769, p. 1-22, 2020.

MENDES, J. E.; CARVALHO, S. M. G. de; FREITAS, B. M. C. O agronegócio na Chapada do Apodi e a atuação de resistência do Movimento 21. *In: FONTOURA, J. L. et al (orgs). Vozes do Campo*: ressignificando saberes e fazeres. São Leopoldo: OIKOS, 2015. p. 87-105.

MENDES SEGUNDO, M. das D. **O Banco mundial e suas implicações na política de financiamento da educação básica do Brasil**: o Fundef no centro do debate. 2005. 239p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2005.

MOLINA, M. C. Expansão das licenciaturas em Educação do Campo: desafios e potencialidades. **Educar em Revista**, Curitiba, Editora UFPR. n. 55, p. 145-166, jan./mar. 2015.

MOLINA, M. C. Possibilidades e limites de transformação das escolas do campo: reflexões suscitadas pela Licenciatura em Educação do campo- UFMG. *In*: (orgs.). Maria Isabel Antunes-Rocha; Aracy Alves Martins. **Educação do Campo**: desafios para a formação de professores. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

MOLINA, M. C.; ANTUNES-ROCHA, M. Isabel. Educação do campo: história, práticas e desafios no âmbito das políticas de formação de educadores – reflexões sobre o Pronera e o Procampo. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, p. 220-253, jul./dez. 2014. Disponível: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

MOLINA, M. C.; PEREIRA, M. F. R. Atuação de egresso(as) das Licenciaturas em Educação do Campo: reflexões sobre a práxis. **Revista da FAEEBA, Educação e Contemporaneidade**, Bahia, v. 30, n. 61, 2021. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/10082/7785>>. Acesso em: 05 fev. 2022.

OLIVEIRA, F. da S. **A construção da educação do campo no Assentamento Lagoa do Mineiro, em Itarema (Ceará)**: entre disputas e conquistas. 162f. 2017. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, CE, 2017. Disponível em: <[http://www.uvanet.br/mag/documentos/dissertacao\\_0723a16c37a2694c17b7cba2ef9c8c2e.pdf](http://www.uvanet.br/mag/documentos/dissertacao_0723a16c37a2694c17b7cba2ef9c8c2e.pdf)>. Acesso em: 25 fev. 2022.

RIBEIRO, L. T. F. A rebeldia na escola e o neoliberalismo no Brasil. *In*: **Temas educacionais**: uma coletânea de Artigos Ribeiro. Fortaleza: Edições UFC, 2010. 261 p.

SANTOS, E. C. G. dos; SILVA, I. M. de S. e. **Políticas públicas para educação no campo**: revisando as implementações do sistema nacional para formação de educadores. 2011. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho>>. Acesso em: 30 jan. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. Conselho Universitário. **Resolução n. 705/2009, de 22 de dezembro de 2009**. Cria o Curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM. Fortaleza: UECE, 2009.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo**. Limoeiro do Norte (CE): Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, 2016.

CARVALHO, S. M. G. de, OLIVEIRA, D. N. da S., RIBEIRO, L. T. F.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Relatório de cumprimento do objeto.** Fortaleza-Ceará, Fundação Universidade Estadual do Ceará, 2019.

---

SANDRA MARIA GADELHA DE CARVALHO: Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Fortaleza, Ceará.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0759-2788>

E-mail: [sandra.gadelha@uece.br](mailto:sandra.gadelha@uece.br)

---

DIANA NARA DA SILVA OLIVEIRA: Doutoranda em educação pela Universidade Federal do Ceará; professora substituta da Universidade Estadual do Ceará. Limoeiro do Norte-Ceará.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2710-1904>

E-mail: [diana.nara@uece.br](mailto:diana.nara@uece.br)

---

LUÍS TÁVORA FURTADO RIBEIRO: Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará, Professor livre docente da Universidade Federal do Ceará, Professor-pesquisador do Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará e do Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAIE) da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza- Ceará.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1063-4811>

E-mail: [luistavora@uol.com.br](mailto:luistavora@uol.com.br)

---

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).